

TEXTOS
PARA O
DEBATE

Retos de la acción de gobierno para las ciudades del siglo XXI

Desafíos da governação das cidades do século XXI

Coordinadores de la publicación

Coordenadores da publicação

António Manuel Figueiredo, Jose Manuel Peña Penabad y Enrique José Varela Álvarez

Autores

José María Ares Abalo

Joaquim Borges Gouveia

Francisco Cárdenas Roperó

Luís Castanheira

Rubén Cid Fernández

António Manuel Figueiredo

Paula Guerra

José María Mella Márquez

Josep María Pascual Esteve

José Manuel Peña Penabad

Elisa Pérez Babo

Carmen Pineda Nebot

Paulo Pinho

Enrique José Varela Álvarez

**RETOS DE LA ACCIÓN
DE GOBIERNO PARA LAS
CIUDADES DEL SIGLO XXI**

**DESAFÍOS DA GOVERNAÇÃO
DAS CIDADES DO SÉCULO XXI**



EIXO ATLÂNTICO
DO NOROESTE PENINSULAR

2012

CAPÍTULO 8

A CIDADE INCLUSIVA

Paula Guerra

Socióloga. Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ÍNDICE: 1. A exclusão social como resposta à cidade fragmentada; 2. Da cidade exclusiva à cidade inclusiva: imperativos de uma narrativa de mudança paradigmática; 3. A cidade inclusiva matizada pela inovação social em prol da justiça espacial; 4. Desafios, contextos, práticas e ações em prol de uma cidade inclusiva; 5. Intervenção, governance e gestão do social para a inclusão. Referências bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão social, inclusão social, inovação social, redes, participação e justiça social.

Era uma vez um pintor que tinha um aquário com um peixe vermelho. Vivia o peixe tranquilamente acompanhado pela sua cor vermelha até que principiou a tornar-se negro a partir de dentro, um nó preto atrás da cor encarnada. O nó desenvolvia-se alastrando e tomando conta de todo o peixe. Por fora do aquário o pintor assistia surpreendido ao aparecimento do novo peixe. O problema do artista era que, obrigado a interromper o quadro onde estava a chegar o vermelho do peixe, não sabia que fazer da cor preta que ele agora lhe ensinava.

Herberto Helder (2009) - *Teoria das Cores. Os passos em volta.*

1. A EXCLUSÃO SOCIAL COMO RESPOSTA À CIDADE FRAGMENTADA

O conceito de exclusão social representou para o mundo ocidental, no alvor dos anos 1980, uma resposta face ao crescendo de divisões, fraturas e desigualdades sociais, e que tinham expressão e visibilidade acrescidas na cidade (Hayes *et al.*, 2008; Béland, 2007; Bradshaw, 2003). Segundo Gilles Lamarque, a exclusão social não é mais do que o prolongamento do conceito de nova pobreza engendrado no início da década de 1980 para designar todos os indivíduos que são vítimas da crise económica e que estão sujeitos a múltiplas dificuldades resultantes do processo de desqualificação social (Lamarque, 1995). Esse termo designa não só a degradação do mercado de emprego e a decadência/regressão das solidariedades sócio-comunitárias, mas sobretudo a sobrevivência (im)possível de uma população localizada à margem do progresso económico e da partilha dos benefícios daí resultantes (Paugam, 1996: 6).

Assim, na sua forma original, o termo exclusão social foi usado para descrever processos de desintegração social (Clavel, 1998), isto é, as variadas fragmentações e erosões dos laços entre o indivíduo, a sociedade e o Estado (Paugam 1991, 1996; Castel, 1995). A exclusão resulta de processos pertencentes à desinserção social (ruptura de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de atividade económica ou de emprego (perda de competências socioprofissionais, perda de emprego, rendimento insuficiente) e à desinserção das relações sociais e familiares (fragilização das relações interpessoais e dos sentimentos de pertença sócio-comunitários) (Costa, 1998; Xiberras, 1996; Hills *et al.*, 2002).

A abordagem da exclusão marcou também uma primeira aproximação à analítica do capital social. Max Weber ao referir as estratégias de fechamento estava já a identificar as estratégias das classes sociais dotadas de maiores recursos económicos e profissionais que queriam conservar o monopólio de acesso a esses mesmos recursos (Capucha, 2010). Os excluídos serão, em última instância, os que não têm direito a um rendimento, a um trabalho, a uma atividade económica, à educação, à formação, à saúde, à habitação e à igualdade de oportunidades. As representações da exclusão social assentam em dois eixos de análise específicos. O primeiro situa as estruturas e os processos a um nível macro que determinam as oportunidades inscritas nos sistemas sociais e o outro eixo, a um nível das práticas e dos quadros de interação, que se prende com as capacidades das pessoas para aproveitarem as oportunidades (Capucha, 2010).

A exclusão social difere do termo hegemónico de pobreza em três sustentáculos distintos. O primeiro move-se de uma análise estática para uma análise dinâmica, apreendendo os processos pelos quais os indivíduos e grupos se tornam excluídos. O segundo compreende a privação como multidimensional, envolvendo habitação, educação, rendimentos, emprego, saúde, fragmentação identitária, etc. O terceiro interpreta a privação e a pobreza como estando imbricadas com as relações sociais, rejeitando uma perspetiva atomística. Em muitas perspetivas, a exclusão social não se refere primordialmente à privação material, mas ao acesso e ao uso de um conjunto de serviços e participação societal. A maior parte das aproximações à exclusão social dão particular ênfase às inter-relações à exclusão social, económica e política (Geddes, 2000).

Não é despendendo lembrar aqui que o debate político em torno do fenómeno da exclusão social é algo recente em Portugal. No início dos anos 1980, a pobreza e a exclusão social constituíam assuntos não muito abordados nem pelos políticos nem pelos *mass media* (Guerra, 2002). No início da década de 1990, o Governo toma consciência que apesar do significativo crescimento económico, continuam a persistir casos de pobreza em alguns segmentos sociais. Simultaneamente, implementam-se alguns programas destinados a combater a pobreza a nível nacional e local, sob impulso político e financeiro da Comunidade Económica Europeia (Pereirinha, 1993). A exclusão social tornou-se uma dominante no discurso político relacionada com a privação e a regeneração na Europa ocidental. A exclusão funciona assim como um *catch-all* que envolve pobreza, desemprego, marginalização, guetização, etc. Isto é, uma mistura entre os problemas sociais e económicos que acompanharam a reestruturação industrial das sociedades ocidentais desde o início dos anos 1980 (Seyfang, 2004).

A cidade é palco por excelência da emergência, visibilidade e uso da exclusão. O que não quer dizer que estas questões não se possam colocar nos campos, mas perante uma generalização do urbano, é inevitável a sua associação à cidade. No meio urbano, por conseguinte, tal como refere Serge Paugam, far-se-á sentir de forma mais acutilante, o que este autor apelida de «sociedade produtivista», em que “a integração assenta, em grande parte, sobre a atividade profissional que assegura paralelamente a segurança material e financeira, as relações sociais, a organização do tempo quotidiano, dos espaços e da identidade” (Paugam, 1991: 215).

Desta feita, nas últimas décadas a exclusão social nas áreas urbanas tornou-se persistente, mostrando que o problema se agudizou com a globalização e com a mudança tecnológica. As cidades europeias têm uma larga tradição de combate à exclusão social (Dubet & Lapeyronnie, 1992). Durante décadas, os governos urbanos desenvolveram estratégias e políticas de combate à pobreza e à exclusão, muitas delas derivadas de políticas de desenvolvimento económico, de educação e habitação, etc. Existe uma considerável variação na forma como os problemas têm sido tratados, cada país europeu tem a sua própria tradição no combate à pobreza e à exclusão (Duprez e Hedli, 1992). Nos anos 1990, existiu alguma convergência na abordagem: a integração política e a parceria local foram os conceitos chave (Geddes, 2000). Nos anos recentes, emergiu um novo otimismo tecnológico relacionado com as novas possibilidades de novas tecnologias de informação e conhecimento têm para combater a exclusão social (Durieux, 2003).

Estamos perante uma mescla conceptual derivada de uma *praxis* política e social, e ainda investigativa. Com o início dos anos 1990, ampliou-se o uso do termo exclusão social. A sua utilização tornou-se generalizada e contribuiu para modificar a representação tradicional de pobreza. Isto não significa que as desigualdades desapareceram; antes reconfiguraram-se e complexificaram-se, dada a heterogeneidade das situações, o seu cariz instável, persistente, dinâmico e evolutivo, atestando fenómenos de precarização, de rutura, de individuação e de crise de identidade, ou mesmo, de vazio social. A abordagem em termos de exclusão foi determinante para um alargamento de horizontes políticos e analíticos, mas acabou por não trazer grandes bálsamos para os males que queria atacar. Aliás, o uso excessivo da retórica da exclusão social tem levado à sua vulgarização e esvaziamento, motivando a sua reconfiguração e reorientação para novas derivas conceptuais e empíricas.

Inseriram-se nesta abordagem algumas intervenções relevantes no quadro das cidades portuguesas e referentes ao Programa URBAN. Aqui, e porque estu-

damos de perto o Bairro Cerco do Porto no quadro do URBAN Vale de Campanha, importa especificar alguns atributos da estratégia levada a cabo que acabaram por estar na origem da própria necessidade de reconfiguração paradigmática para a inclusão social que abordamos no ponto seguinte (Guerra, 2002a). A estratégia de requalificação estética e funcional do Bairro procurou, não só uma requalificação física, como uma mudança de atitude dos residentes face ao espaço habitado, implicando-os na conceção e desenvolvimento das melhorias operadas no Bairro. Em termos metodológicos, a intervenção assentou numa aposta em soluções de qualidade arquitetónica que restituíssem a dignidade ao espaço e que marcassem uma rutura com anteriores conceitos e atitudes estéticas. Uma reabilitação em extensão e profundidade que integrasse a requalificação exterior dos blocos habitacionais, uma renovação e reorganização dos espaços públicos e das estruturas de apoio à animação. Uma intervenção que se concretizou, também, com o lançamento de ações de animação do espaço público do Bairro através do incremento de um programa lúdico e cultural para a «praça central» deste espaço e da criação de um esquema de manutenção dos espaços e jardins, responsabilidade de uma empresa de inserção de jardins e ofícios criada no seio das ações da Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã.

Obviamente que a inclusão de metodologias de participação no urbanismo em particular, e no planeamento em geral poderão revelar potencialidades de envolvimento de uma população historicamente excluída de qualquer tipo de decisão. Contudo, é importante, e dadas as conclusões apuradas no decorrer da nossa investigação, que se tenha em linha de conta a pluralidade e heterogeneidade de situações de exclusão e de estigmatização, diferenciadamente vividas e sentidas nos quotidianos. Admite-se que “a regra é a da heterogeneidade das situações de exclusão, recuperáveis umas, inelutáveis no curto prazo outras, criadoras de ruturas de identidade por perda de laços e sociabilidades comunitárias algumas, deslizantes e conformadas outras ainda” (Almeida, 1993: 833).

Configura-se, então, como pressuposto orientador de qualquer intervenção a efetuar, a auscultação das aspirações, gostos, motivações e interesses de toda a população residente do Bairro, de forma a evitar processos de distanciamento da população face aos poderes estabelecidos. Também parece importante referir que qualquer estratégia de requalificação deverá assumir as condições sociais estruturantes da população em presença, dando particular enfoque à sua persistência enquanto matizadoras da apropriação e vivência social do território. Neste campo, não será difícil observar, no momento presente, o Bairro do Cerco enquanto espaço

esteticamente renovado, mas onde se evidenciam as condições plurais de exclusão e de estigmatização sociais, herdadas e reproduzidas.

2. DA CIDADE EXCLUSIVA À CIDADE INCLUSIVA: IMPERATIVOS DE UMA NARRATIVA DE MUDANÇA PARADIGMÁTICA

Numa época que se supõe de *mudança próxima*, como classifica Tony Judt (2011), numa sociedade em que o medo ressurgue com uma diversidade de faces; da perda de emprego, da perda de terreno para os outros numa distribuição de recursos cada vez mais desigual, da perda do controlo das circunstâncias e rotinas da vida quotidiana, dos imigrantes, do outro, das fronteiras abertas e das comunicações livres, da rapidez incontável da mudança, impõe-se uma necessidade reflexiva sobre os caminhos da coesão social. O novo milénio trouxe consigo a inclusão social enquanto resposta e não alternativa à exclusão. A inclusão social reflete uma aproximação dinâmica (proactiva) ao bem-estar (Sandell, 1998), implicando muito mais do que quebrar barreiras, pois requer investimentos e *capabilities* para potenciar e desenhar condições para a inclusão, num esforço holístico por parte dos atores sociais e sociedades. Esta mudança paradigmática compagina a importância do conhecimento em sentido amplo e tem inerente um reconhecimento do conhecimento implícito e tácito imanente das práticas dos atores sociais, das comunidades e das instituições (Gertler, 2001). É assim que este conhecimento passa a ser um diferencial básico de desenvolvimento e competitividade. Os processos e estratégias de inclusão social encontram-se indissociáveis das dinâmicas de informação, conhecimento e inovação da nossa sociedade (Windén, 2001).

Entramos, então, na mudança paradigmática para a inclusão. Aqui tem particular força a abordagem anglo-saxónica da inclusão, conhecida como *new labour's thinking* (Lister, 1998), que se tem vindo a centrar na análise da política social no âmbito de domínios como: o trabalho, o emprego, os rendimentos e a integração comunitária (Seyfang, 2004). São ilustrativas algumas iniciativas sociais comunitárias com o papel de condição complementar para a ativação de suportes informais nas comunidades. Estas iniciativas, habitualmente combinam objetivos sociais, comunitários e económicos, sendo uma das suas fórmulas mais interessantes no Reino Unido, o *Local Exchange Trading Schemes* (LETS). O *Time Banks* é um outro tipo de comunidade, também aí estabelecida que tem como objetivo a economia social, especialmente para fortalecer as relações de vizinhança através de redes de suporte num esquema para além da economia nacional, dando valor às atividades voluntárias na comunidade. Estas iniciativas foram desenhadas para

construir capital social (Seyfang, 2004): questão decisiva nesta nova axiomática da inclusão.

Neste entendimento confiasse que estes caminhos só são possíveis de percorrer, escorados na compreensão da pluralidade das diferenças dos indivíduos em sociedade. Exclusão, segregação, integração e, atualmente, inclusão, entendida como educação/cidadania inclusiva, são marcas de um caminho longo, de investigação, de *praxis*, de questionamento constante de concepções e práticas, que refletem um afinamento do trilho de acordo com as características económicas, sociais e culturais de cada época. A consciencialização da sociedade pelos seus direitos – direito à educação, à igualdade de oportunidades, à participação ativa nas políticas que conduzem as suas vidas – e a luta empreendida com o sentido de justiça e equidade, transformaram a abordagem à cidade. Um outro olhar, tentando ultrapassar a exclusão e a segregação, abriu assim caminho para a integração, respeitando a individualidade e a diferenciação de ator social. A este respeito é importante a mudança de perspetiva acerca dos processos e mecanismos de segregação sócio-espaciais em meio urbano, admitindo-se que não existem determinismos, na medida em que muitas das perspetivas acerca da concentração e da segregação descuram as oportunidades oferecidas pela presença de redes de solidariedade local em muitos destes contextos e que têm demonstrado um papel de coesão integradora (Bolt *et al.*, 1998). À escala portuense, basta enunciar o recente exemplo da demolição da torre 5 do Bairro do Aleixo e o que essa ocorrência desvendou em termos de *social intensive networks*.

Nas sociedades atuais, o crescimento económico e a competitividade industrial estão dependentes de altos níveis de educação e de uma força de trabalho qualificada (Furlong *et al.*, 2003). Concomitantemente, surge a defesa de uma educação inclusiva que implica uma filosofia de ativação que é dos cidadãos tendo em vista a sua autonomia e participação, e simultaneamente das instituições, propiciando-lhe condições para a capacitação dos cidadãos (McWilliams, 2004). Estamos aqui diante um duplo movimento de inclusão que tem a ver com a capacitação das pessoas e das próprias instituições sociais (Furlong *et al.*, 2003). A educação inclusiva centra-se na ideia de que todos os que estão na escola aí permanecem para aprender, para participar e interagir nesse quadro sociabilitário, não obstante as diferenças e dificuldades de cada um. Estes são desafios de adaptação por parte da sociedade, promovendo assim novas situações de aprendizagem e de vivência comunitária plena (Furlong *et al.*, 2003; Donnelly e Coakley, 2002).

E é este o postulado supremo da inclusão. À integração subsistiu o princípio da normalização. Por normalizar entende-se reconhecer aos indivíduos os mesmos direitos, em aceitá-los de acordo com as suas especificidades, proporcionando-lhes os serviços da comunidade que contribuísssem para desenvolver as suas potencialidades. Existe um reconhecimento valorizado que passa pelo aceitar das diferenças na doença, na cultura, na religião, no emprego, nos modos de vida. Implica o desenvolvimento humano, dependendo dos talentos, das competências, das capacidades e escolhas e o envolvimento e *engagement* na vida comunitária. Cabe aqui fazer referência à importância da recreação pela música, pelas artes e pelos espetáculos enquanto formas importantes de inclusão social, integrando modalidades desportivas, práticas reiteradas de exercício físico e de fruição lúdica do espaço público (Bailey, 2007; Secker *et al.*, 2007). A estratégia de abordagem parece ser a da proximidade, partilhando espaços sociais e físicos para alcançar as oportunidades de interação e reduzir as distâncias sociais entre as pessoas. Importante é ainda o reconhecimento da urgência da utilização sincrónica de procedimentos formais e informais de integração, não deixando de fora nenhum caminho ou possibilidade de percorrer a mudança.

A inclusão ilustra uma nova etapa assente na aceitação e valorização da diversidade, na cooperação entre diferentes e na aprendizagem da multiplicidade; um processo através do qual a sociedade, nas suas mais diversas dimensões, se adapta de forma a poder incluir todos os indivíduos que, por sua vez, se preparam para desempenhar um papel nessa sociedade. Assume-se, neste quadro, a importância da vivência numa sociedade multicultural (Omdvar & Richmond, 2003). Entende-se que a imigração contribui de forma acumulada para o capital humano de uma cidade, assumindo uma essencialidade irresistível dentro de uma nova economia e numa lógica de multiplicação de capital cultural (Papillon, 2002). Diversas cidades, distintas culturas, variadas linguagens, diferentes visões do mundo encontram espaços de mescla do ponto de vista cultural, social e económico no contexto urbano, possibilitando criatividade e inovação.

É de sublinhar ainda que a narrativa da inclusão social reedifica a cultura na charneira da integração social (Bianchini, 2006). Na transição do século XX para o século XXI, a evidência e a eminência de alguns dados propiciou uma maior atenção à cultura como fator e contexto de integração social. Alguns desses dados radicam no aumento da criação de emprego e no crescimento do rendimento provenientes do turismo, no crescimento do mercado internacional de bens e serviços produtos culturais e no forte crescimento da procura de bens culturais. Todos

os produtos e serviços que combinam uma dimensão cultural com o seu aspeto utilitário são reconhecidos como geradores de valor acrescentado e motores de desenvolvimento (Sandell, 2003). As abordagens baseadas em projetos, parcerias, contratos, capital social, etc. demonstraram que o desenvolvimento local depende também da capacidade dos *stakeholders* locais de identificar estrangulamentos e potencialidades do seu território, de planear projetos e de gerir em comum os seus recursos disseminando pontos de referência que estimulam o estabelecimento de sinergias entre os atores e o prosseguimento de projetos comuns, criando um contexto atrativo para os habitantes de um território e como alavanca de criação de produtos que associam as dimensões estética e utilitária (Scott, 2000; Storper e Scott, 2009).

É consensual hoje a ideia de que a coesão social beneficia da existência de redes culturais – a exposição dos indivíduos perante o mesmo sistema de valores leva-os a perceber e a concordar com certas prioridades. Ora, a utilização das práticas culturais tem efeitos diretos e indiretos em termos de integração social pois contribuem de forma positiva para o seu bem-estar psicológico e social (Kinder e Harland, 2004) e aumentam a sensibilidade criativa e empreendedora. Também, dão razão e consistência a uma memória coletiva da comunidade (Sharp *et al.*, 2005) e servem como reservatório de ideias criativas e intelectuais para as gerações futuras (Reeves, 2002).

Não poderíamos deixar de referir nesta mudança paradigmática, a teoria da qualidade social emergente na *European Foundation on Social Quality* em finais dos anos 1990 (Beck *et al.*, 1997, 2001). Esta teoria considera que o mundo social se operacionaliza pela interação e interdependência entre o bem-estar pessoal e a identidade social (Beck *et al.*, 1997). Este dualismo, não dualidade, implica quatro condições básicas para o seu desenvolvimento: os atores sociais devem ter possibilidades de interação o que lhes permitirá o *empowerment* pessoal (Friedman, 1996); os contextos organizacionais e sociais devem ser marcados pela acessibilidade aos diferentes atores, propiciando a inclusão social; as ações humanas devem estar munidas de recursos materiais e sociais facilitadores da interação, fomentando a segurança socioeconómica; e, *last, but not the least*, deve existir um consenso e partilha de valores e normas possibilitando a coesão social (Beck *et al.*, 2001). Assim, a qualidade social define-se pela envolvente que permite às pessoas a participação na vida social e económica e o desenvolvimento comunitário num quadro de bem-estar e de potencial individual.

Assim, podemos dizer com Luís Capucha que “a qualidade social não decorre da natureza das próprias coisas, antes só pode ser resultado da mobilização de poder e, em particular, das políticas públicas” (Capucha, 2010: 31). Nesta linha, as políticas públicas ativas são as que são capazes de dar competências às pessoas e, conjuntamente, as que têm capacidade para facultar a sua inserção no mercado de trabalho, nos serviços e cuidados de saúde, nos sistemas de educação e formação, no mercado de habitação, nos sistemas de proteção e segurança, em famílias, em comunidades arraigadas... A aplicação destes princípios leva à necessária combinação de políticas universais com políticas de diferenciação numa complementaridade e interface colaborativo (Capucha, 2010: 31).

Esta operacionalização tem tido eco recente na iniciativa *Cidade para tod@s* (Sugranyes e Mathivet, 2010) que defende que uma cidade para todos concede a palavra a todos os atores que lutam pelo direito a essa cidade, apropriando-se dele como proposta de mudança; há quem defina tamanho objetivo de quimera ou ilusão, neste projeto chamam-lhe *utopia indispensável para outro mundo possível*. Assim sendo, uma política pública tendo como horizonte a felicidade deve ser avaliada em termos de eficiência em proporcionar aos indivíduos e às suas famílias capacidades para concretizar atos valiosos para si e para o seu coletivo, integrando a suas ações individuais, as condições territoriais e a avaliação que concretizam dos seus próprios atos (Sugranyes e Mathivet, 2010).

A análise da cidade de hoje, onde se representam as cidades do Eixo Atlântico, deve tomar em consideração algumas dimensões chave da diversidade sustentável e da inclusão (Andersen e Kempen, 2001): acesso ao mercado de trabalho, reconhecimento do capital humano e cultural das populações, acesso a competências e programas educativos, acesso cultural aos serviços sociais, comunidade forte baseada nas redes de vizinhança, espaços públicos inclusivos para lazer e expressão de diferenças, acesso à qualidade dos serviços de habitação, reconhecimento das diferenças culturais no planeamento e no *policy making*, medidas antidiscriminação no emprego e na habitação. Enfim, a inclusão social é “um processo que garante que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social acedam às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e para beneficiarem de um nível de vida e bem estar considerado normal na sociedade em que vivem” (Comunidade Europeia, 2005: 9). É neste quadro de um processo plural de inclusão, porque situado em diferentes escalas da sociedade e da esfera de realização das populações e dos seus quadros de vida, que iremos equacionar o contexto e situação da possibilidade de condições de coesão social nas cidades do Eixo Atlântico.

3. A CIDADE INCLUSIVA MATIZADA PELA INOVAÇÃO SOCIAL EM PROL DA JUSTIÇA ESPACIAL

A inovação social é a proposta de uma via efetiva e criativa para a resolução de problemas sociais, no sentido de melhorar o bem-estar social e assim promover o desenvolvimento. Esta proposta ativa de forma dinâmica a relação entre estrutura e agência, através da afirmação do papel do indivíduo na sociedade, do poder de agência de indivíduos e organizações, e da incessante capacidade humana para a reinvenção (Westley, 2008: 1, 2).

A mudança social processa-se em ciclos de longa duração, de acordo com as dinâmicas de resiliência dos sistemas sócio-ecológicos, no constante (re)equilíbrio das suas forças. Atualmente, assistimos a fortes desequilíbrios, na qualidade ambiental, na estabilidade das economias e dos sistemas políticos e na justiça social que comprovam a necessidade de mudança. Ora, a inovação social vem propor uma mudança que restaura a capacidade de resiliência dos sistemas, a partir da capacitação das populações, potenciando o seu capital humano e social. Nesse processo de capacitação, as organizações do terceiro setor assumem um papel central, porém as suas iniciativas só serão efetivas na promoção de desenvolvimento, se, em primeiro lugar, se centrarem nas pessoas com quem trabalham – ou seja, a adoção da máxima – “trabalhar com e não para” – e, em segundo lugar, cooperarem ativamente e produtivamente entre si, e com as entidades do setor público e do setor privado – praticar o trabalho em rede.

Segundo Nilsson, a significância de um processo de inovação social mede-se não só pela escala que atinge – “número de pessoas, área geográfica, como pelo seu alcance – capacidade de agitar diversas dimensões sociais, e, ainda pela ressonância que provoca – a intensidade com que capta a imaginação das pessoas” (2003: 3). O alcance implica uma abordagem integrada dos problemas sociais, percebendo que as suas causas são tão complexas como as formas que assumem, estando frequentemente interligadas diferentes dimensões da exclusão (ex: habitação degradada/insucesso escolar). A ressonância é a capacidade de uma determinada iniciativa social captar a imaginação dos indivíduos, de forma a integrar-se nas suas estruturas mentais, nas suas práticas sociais, promovendo uma reinterpretação e uma apropriação da mensagem que favoreça a sua reprodução. Estes três critérios são fundamentais na análise de qualquer dinâmica de inovação social, visto que abrangem o seu potencial de difusão. O leitor reconhecerá aqui a importância da referência ao projeto Es.Col.A. – Espaço Coletivo Autogestionado

do Alto da Fontinha no Porto. Trata-se de um sítio auto gerido que funciona num espaço ocupado à autarquia e tem como propósito fomentar o desenvolvimento da comunidade local (lugar de convívio, com cozinha comunitária, cicloficina, biblioteca, acesso à internet, teatro, cinema) com a ajuda de voluntários ao serviço da dinamização cultural e social da população local. Este projeto desenvolve-se à margem e mesmo em oposição à autarquia. Está associado a um espaço de cultura libertária de divulgação musical e cultural, a Casa Viva.

A ideia mais recorrente é que a inovação social decorre da sociedade civil. Mas importa reconhecer que para além da sociedade civil, dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor, também o Governo, as instituições religiosas, as universidades, as empresas, assim como indivíduos com particular influência social e política se podem assumir como agentes de inovação social ao dinamizar processos que impliquem uma mudança significativa na resolução de problemas sociais (Mulgan, 2007). Ora, cabe aqui o projeto “Sonópolis” da Casa da Música no Porto iniciado em 2008. Este projeto pretende ser uma plataforma de abertura, troca e diálogo com a comunidade. O resultado final foi um *puzzle* de peças compostas por cada um dos grupos numa grande diversidade espacial, social e musical, sendo esta a matriz deste projeto de música nas comunidades. Posteriormente, e dentro do plano de trabalho do Curso de Formação de Animadores Musicais e inscrito no Sonópolis da Casa da Música, surgiu o Coro de S. Tomé associado às crianças do Bairro de S. Tomé no Porto. Orientado por formadores do Serviço Educativo, este coletivo mantém um vínculo estreito com o projeto escolar da EB1/JI de S. Tomé, e envolve mais 100 crianças entre os 3 e os 11 anos do Bairro, contando com a co-operação dos professores e demais funcionários da escola e as famílias, tem vindo a desenvolver atuações regulares na Casa da Música e não só. Também o projeto Som da Rua - *Sonic Street Ensemble* - é um grande *ensemble* de inclusão social. O projeto começou em 2009 quando se criou um grupo musical constituído por pessoas com percursos de vida difíceis, socialmente fragilizadas. Desta motivação nasceu um repertório próprio, emocionalmente intenso, que depressa conquistou o reconhecimento público. Hoje o Som da Rua é uma formação com uma identidade singular e em permanente evolução. Este é um dos projetos mais representativos da intervenção social do Serviço Educativo da Casa da Música, desenvolvido em parceria com várias instituições de solidariedade da Grande Área Metropolitana do Porto.

A Casa vai a Casa é um serviço ao domicílio concebido para comunidades que não se podem deslocar à Casa da Música: este projeto pressupõe a visita de

formadores do Serviço Educativo a instituições. Tem como objetivo propiciar uma vivência musical positiva em hospitais, centros de apoio à terceira idade, à infância e a cidadãos com necessidades especiais, unidades de reclusão e instituições de solidariedade social. Trata-se de um projeto que procura combater a exclusão e o estigma, restaurando um sentido de comunidade e ativando a autoestima de cada um dos participantes.

O caso dos serviços públicos prende-se em grande medida com a capacidade de interação efetiva entre a entidade estatal que os gere e as dinâmicas da sociedade civil nas comunidades que deles usufruem. A chave para a melhoria da qualidade de serviços públicos está na capacidade de desenvolver soluções locais e baseadas em relações sociais funcionais. Grande parte dos problemas sociais atuais resultam da disfuncionalidade das relações que sustentam as comunidades onde o envelhecimento e a solidão associada são paradigmáticos. As soluções de *peer-to-peer* têm-se demonstrado valiosas, justamente, porque “um dos motivos que leva as pessoas a mudarem os seus hábitos e comportamentos, seja deixar de fumar, ter uma alimentação mais saudável ou fazer reciclagem, é o facto de respeitarem pessoas que conseguiram fazer o mesmo” (Leadbeater, 2009: 5). A aposta neste tipo de solução impõe uma flexibilização dos sistemas públicos, atualmente marcados por uma forte centralização, racionalização e burocratização. Para tal, é necessário encarar os serviços públicos, ao mesmo tempo, como prolongamento e como alicerce, das relações sociais que sustentam o dia a dia das populações.

Consideremos aqui a Escola de Segunda Oportunidade (resultante de uma parceria entre a Associação para a Educação de Segunda Oportunidade, Direção Regional de Educação do Norte e Câmara Municipal de Matosinhos). É preciso sublinhar que os resultados desta Escola de Segunda Oportunidade são muito positivos, pois a quase totalidade dos seus alunos chegam ao fim do ano letivo com competências adquiridas numa das quatro áreas vocacionais (artes, apoio ao lar, cozinha e informática) e vão regressar ao ensino regular com um certificado que lhes dará equivalência do 6.º, 7.º, 9.º ano, conforme o caso. Mas mais do que estas competências adquiridas, importa sublinhar a nova perspetiva com que partem estes alunos; a da diversidade de caminhos, não confinados ao mundo pequeno do bairro. E mais, salientar que a via de saída foi o *hip hop* e que através dele se combateu o insucesso escolar desbravando os medos dos alunos, valorizando os seus saberes e práticas, sabendo os porquês das suas falhas e das suas ausências, conhecendo as suas histórias de vida.

A inovação social no cruzamento da justiça espacial é a senda última do debate acerca da inclusão. Se observarmos a realidade da grande maioria dos países, vemos facilmente que a maximização dos mínimos sociais não é eficiente, as desigualdades sociais estão longe de aumentar as possibilidades dos mais desfavorecidos. É sobre esta realidade, nomeadamente sobre as desigualdades em níveis de desenvolvimento, que importa agir no sentido da mudança, respeitando princípios universais de justiça. O conceito de justiça incorpora assim uma dimensão de agência, uma componente prática de projeto em construção que segundo Brawley passa pela denúncia das desigualdades espaciais e sociais e do uso ilegítimo do poder estatal e económico em variados aspetos da vida coletiva como – a segregação crescente, a vigilância urbana, a aquisição privada de infraestruturas públicas, a crescente militarização de fronteiras nacionais e municipais (Bret, 2009; Brawley, 2009: 27).

A noção de justiça espacial é entendida como a perspetiva integrada da justiça social e política numa determinada área geográfica. A aceção espacial permite-nos avaliar tanto os resultados dos sistemas de redistribuição, como os graus de acesso e participação nos processos de tomada de decisão, quer a nível quantitativo, quer qualitativo. Permite-nos ainda transpor barreiras disciplinares e propor metodologias de promoção da justiça e da democracia. Analisando as realidades multiescalares a que vivemos, percebe-se claramente a causalidade espacial da justiça, nomeadamente na face do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (Soja, 2009: 32-33).

Assim, se as principais questões a respeito do desenvolvimento se referem à distribuição dos recursos e à organização das atividades socioeconómicas de acordo com critérios de eficácia (capacidade de atingir objetivos) e eficiência (capacidade de rentabilizar meios na prossecução de fins), a articulação entre estes critérios deve adequar-se ao ideal de justiça como equidade (maximização das oportunidades de todos, privilegiando os mais desfavorecidos, no sentido de garantir a igualdade de oportunidades). A justiça assume-se como condição e, ao mesmo tempo, como objetivo central do desenvolvimento, dando propósito aos processos de decisão e planeamento público. Como aliás o enuncia Marcuse, a respeito do planeamento urbano: “a justiça (a cidade justa) é o objetivo último do planeamento, não um objetivo entre objetivos, e não apenas de vários planos, mas do planeamento em geral” (Marcuse, 2009: 49). Esta visão da justiça como o garante da liberdade económica, social e política dos cidadãos e, da satisfação das mesmas como a realização plena do objetivo último do desenvolvimento - o bem-estar social, é fundamental para o processo de mudança sistémica que a inovação social preconiza.

4. DESAFIOS, CONTEXTOS, PRÁTICAS E AÇÕES EM PROL DE UMA CIDADE INCLUSIVA

Não obstante a diversidade que trespassa os territórios e cidades do Eixo Atlântico, é possível, se quisermos tomar como referência a narrativa e conceptualização da inclusão anteriormente traçada, a identificação de um conjunto de tendências evolutivas inerentes aos contextos e modos de vida das populações e que configuram uma procura sistemática por patamares mais sólidos de inclusão, e inerentemente inovação social e justiça espacial. Será esta a altura adequada para salientar que os grupos particularmente propensos à exclusão social (Guerra, 2010; Pinto, 2010; Castro, 2010) são os grupos com *handicaps* específicos (pessoas com deficiência, imigrantes), os grupos desqualificados (desempregados de longa duração, trabalhadores com qualificações baixas ou obsoletas, os idosos, famílias monoparentais) e os grupos à margem (pessoas sem-abrigo, toxicodependentes e ex-toxicodependentes, jovens em risco e reclusos e ex-reclusos). Esta propensão é válida à escala das cidades do Eixo Atlântico, como é igualmente válida para o território nacional e europeu. Este exercício será feito dentro de certos limites, pois não procuramos exaustividade, mas relevo e saliência a dimensões fundamentais da desigualdade atual.

Importará reter primeiramente que a desigualdade social inerente às condições de bem-estar e de qualidade de vida, tendo em linha de conta as vulnerabilidades e riscos de não-saúde/doença (física e mental) relacionados aos seus determinantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais – tem vindo a tomar uma maior expressão em virtude das condicionantes demográficas de aumento da longevidade e da vivência de uma velhice mais desprotegida. Tomadas na sua amplitude, as consequências de uma velhice desprotegida também se alastram um pouco por todas as cidades, quer nas mais litorais, quer nas mais interiores, dando saliência a um contexto de solidão e anomia. Assim, estamos perante vulnerabilidades e limites de inclusão com incidência intensa na realidade metropolitana (Porto, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde, Matosinhos) e interior (Mirandela, Peso da Régua, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Vila Real e Bragança, Chaves), mas que desponta já com toda a premência no Cávado e no Ave (Barcelos, Famalicão, Braga, Guimarães).

Continuando a focalizar-nos nas tendências que limitam e obstaculizam a inclusão social, não podemos deixar de referir um crescendo do sentimento de insegurança ínsito aos contextos urbanos em presença e com grande ênfase nas

zonas mais interiores (Vila Real, Bragança, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Lamego, Régua), segundo uma espécie de lastro que começou na década de 1990 na Grande área Metropolitana. A existência de uma percepção/sentimento de maior ou menor segurança é também uma determinante de desigualdade social. A segurança constitui um valor fundamental e a sua associação a uma grande diversidade de fatores exige a adoção de uma abordagem holística, com grande ênfase nas intervenções sociais, económicas e familiares, numa perspetiva de médio/longo prazo. São fundamentais a este nível, as possibilidades de intervenção ao nível da gestão/mediação da conflitualidade entre vizinhos e ao nível intrafamiliar e comunitário, promovendo o envolvimento da comunidade na resolução dos problemas de segurança.

Reconhecendo as limitações destas tendências, que por certo o leitor também identificará, não podemos deixar de referir que as desigualdades passam também, no plano das representações simbólicas, pelo enraizamento identitário e pela existência de uma tessitura intensa de memórias e de representações do mundo, quer seja do espaço habitado, do vivido quotidiano, da relação com a cidade, da relação com a escola ou da relação com os poderes, entre outras. Assim, a crescente fragmentação dos modos de vida ocasionada pela mudança de paradigmas culturais e canis de interação decorrentes da globalização e da sociedade em rede têm ditado inúmeras fragmentações. E isto é tão mais verdadeiro, quando reconhecemos a presença de mobilidades intensas para estas cidades e concelhos ao longo da derradeira década. Portanto, a presença de minorias étnicas e de imigrantes em muitos destes contextos, deverá levar a um combate sistemático de determinadas formas de etnocentrismo fortemente enraizadas nas populações, nos técnicos e nos poderes políticos. Esse desenraizamento começou por ser mais intenso e visível nos grandes centros e zona metropolitana tendo vindo espalhar-se crescentemente pelas cidades médias e pequenas. Fator determinante tem vindo a ser a crescente retração da «sociedade providência» que funcionou durante décadas como válvula amortecedora de fragilidades económicas e sociais e que atualmente se encontra em franca regressão mesmo em contextos urbanos de pequena dimensão.

O modelo de desenvolvimento social e económico (sobretudo no Ave e no Cávado) que assentou (e com êxito) nas baixas qualificações, na economia subterrânea e nas baixas remunerações, tem levado a intensos, renovados e inesperados processos de exclusão social. Assim, das desigualdades (subjetivas e objetivas) decorrem intensos, renovados e inesperados processos de exclusão social. Importa acentuar a pluralidade de vivências face à exclusão, designadamente num conjuntura atual

onde o discurso e a conjuntura de crise económica (por exemplo, a inevitabilidade dos cortes salariais, o crescendo de desemprego...) têm entrado de forma acutilante no quotidiano de toda a população. Assim, e numa encruzilhada complexa, a crise de ajustamento estrutural para o modelo de desenvolvimento com incorporação de emprego qualificado e baseado no conhecimento, o deficit de setores exportadores, a tradicional situação de baixos salários mas altos níveis de emprego até ao século XXI, o endividamento e pobreza «tradicional» e a grande polarização social ao nível de rendimentos, têm vindo a lançar um número crescente de pessoas em situação de exclusão e consequentemente não incluídas na sociedade e isto é mais premente no Vales do Ave e Baixo Tâmega.

As desigualdades face à escola e aos recursos e competências escolares continuam também a ser fundamentais para a configuração de percursos mais ou menos acentuados de exclusão. Importava avaliar se o conjunto de medidas recentes, designadamente sob o mote das *novas oportunidades* (acompanhados de iniciativas em prol da promoção da qualidade de processos e práticas educativas; o aperfeiçoamento de programas de aprendizagem em geral e desenvolvimento interpessoal; a promoção e desenvolvimento da competência de educadores; o desenvolvimento de programas de formação de recursos humanos para a promoção de habilidades sociais em crianças, adolescentes e jovens; a melhoria das competências sociais e profissionais das crianças, jovens e adolescentes; o incremento das estratégias de gestão e de competências parentais) têm vindo a ter impactos positivos na atenuação das desigualdades e na efetivação real de um conjunto de *habilidades vendáveis* para a sociedade configurando uma escola inclusiva.

É por demais evidente a importância do rompimento da relação entre a competitividade e a coesão social. Esta fratura leva à própria fragmentação e ineficácia do Estado Providência e consequentemente terá de levar a uma nova discussão em torno da conciliação de dois vetores que parecem estar cada vez mais inconciliáveis, sendo fulcral repensar estratégias de aproximação entre ambos. Crescentemente, tem vindo a desenhar-se um quadro de partilha de responsabilidades entre as autoridades públicas centrais e locais no tocante à intervenção em matéria de coesão social. Esta partilha crescente de responsabilidades e de competências deriva da necessidade de intervir de forma mais eficaz em processos de exclusão social de carácter complexo, diverso e variável no espaço e no tempo. Assim, uma nova exigência em termos de política social, tem vindo a fomentar o aparecimento de redes de apoio social integrado ao nível local que possam contribuir para ativar os meios e agentes de resposta, conjugar esforços de diferentes entidades com intervenção

social, otimizar as respostas existentes a nível local e inovar a concretização das medidas de política social. É por isso considerada a necessidade de estabelecimento de um fórum de congregação e de articulação de esforços (recursos e ações do âmbito social - Rede Social), baseado na adesão livre das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar.

Para este plano de abordagem, outras duas questões se tornam essenciais. O aumento do desemprego e do «mau emprego» (ligado a baixas remunerações, vínculos contratuais instáveis, baixas qualificações...) tem vindo a ter um papel importante no apelidado agudizar das desigualdades, pois o modelo económico anterior falhou (modelo que gerou, sustentou e instigou muitos desses fenómenos de «mau emprego»). Por um lado, importa refletir acerca do desemprego persistente em grupos desfavorecidos e suas consequências, tais como, a relevância do desemprego feminino (baixas qualificações e fraca motivação para a reentrada no mercado de trabalho); o desajustamento entre as competências dos desempregados e as necessidades do mercado; o recuo da economia informal com impacto no rendimento; o apoio social sobrepõe-se aos baixos salários e ao custo do acesso ao mercado de trabalho. Por outro lado, o emprego vulnerável e economicamente pouco rentável tem levado à predominância dos baixos salários, ao recuo da economia informal com impacto no rendimento, à precariedade dos novos empregos, nomeadamente nos serviços, às crescentes ameaças de desemprego e a um perfil de baixas qualificações dos ativos empregados. Importa pois, perceber e refletir acerca das consequências destas duas modalidades de (des)inserção no mercado de trabalho e seus impactos nos processos de exclusão e de pobreza.

Se formos, designadamente, capazes de combinar estas tendências numa só matriz interpretativa rapidamente chegamos ao desenho de um quadro de cidade inclusiva que para já é exclusiva ainda em muitas das suas dimensões. A demonstração desta asserção revela-se pelo facto de existirem dimensões do desenvolvimento que não estão a ser cumpridas e que se sustêm muito para além dos condicionamentos económicos. Estamos a falar da urgência da promoção da participação da população como atores do seu próprio desenvolvimento, envolvida na determinação dos seus próprios problemas; da defesa e *praxis* de um trabalho em rede e em parceria – articulação com outros atores e sua corresponsabilização (Estado, autoridades locais, empresas, organizações diversas); da ativação de capacidades locais – potencialidades e recursos endógenos, individuais e coletivos (*empowerment*); da referência a um território, a uma identidade e uma memória; da qualidade social da comunidade; de uma visão e metodologia holística intersectorial e multidisciplinar;

da abertura à mudança e da procura da diversidade de caminhos, de processos e resultados.

Importa notar que na última década estas tendências têm teimado em persistir não obstante os esforços feitos a nível local, envolvendo parcerias Estado, autarquias, terceiro setor, para combater e contrariar os conteúdos das tendências. Não chegaríamos ao ponto de lhes chamar «boas práticas», mas tão simplesmente estratégias de enfrentamento dos problemas e de ativação de uma lógica de desenvolvimento sustentada nos concelhos.

Passando agora para a interpretação das interações entre estruturas/condicionantes de exclusão/inclusão e práticas, vamos referenciar algumas experiências, mostrando que as intervenções em prol da inclusão estão em curso, não obstante a sua ainda ineficácia na resolução plena dos problemas sociais que têm atravessado na última década de forma intensiva e extensiva as cidades e seus concelhos. Barcelos detém uma relativa vitalidade demográfica de Barcelos no quadro da Região Norte e no Cávado. A existência de uma estrutura demográfica juvenilizada à escala europeia compele a desafios relevantes do ponto de vista de um tecido urbano criativo e empreendedor. A ainda presença de uma dicotomia de modos de vida assentes na tradição *versus* modernidade apresenta-se como um fator de estrangulamento na fixação e atratividade do concelho. Essa mesma configuração impele a existência de atividades importantes no domínio da olaria e do figurado mas também nas movimentações juvenis associadas à música rock; reside na integração destes dois mundos a possível saída para um território mais inclusivo. A Rede Social tem levado a cabo um importante trabalho de integração sectorial e territorial, mas é importante investir em iniciativas de cruzamento e complementaridade essencialmente radicadas na inovação social capazes de terem valor social, mas simultaneamente sustentabilidade económica.

Interessa também relevar que o concelho de Viana do Castelo confirma um perfil de onde a qualidade de vida se pode ancorar às vivências populacionais, quer nos situemos em meio urbano, quer em meio rural. Recentemente, este concelho tem vindo a afirmar-se crescentemente como espaço de multiculturalidade, isto é, como espaço de convivência de diferentes culturas no seio de um mesmo território, acionadas pela existência de diversas comunidades étnicas geradas pela imigração voluntária ou forçada. Estas comunidades étnicas são marcadas pela diferença em termos de língua e/ou religião e/ou usos e costumes e essa diversidade tem caracterizado Viana do Castelo na atualidade.

Desta feita, a presença de populações imigrantes (brasileira, ucraniana, africana e chinesa), embora com dimensões ainda relativamente contidas se comparadas com outras realidades locais ou regionais, tem levado a uma nova plataforma de integração, sendo de salientar que estas comunidades estão de forma genérica bem integradas na sociedade vianense. Em termos de fatores críticos, podemos considerar a falta de informação sistemática acerca desta população, também de caráter bastante volátil, a existência de situações de desemprego que aumenta a sua fragilização em termos de integração, a sua dependência face aos serviços locais de Segurança Social, no tocante a subsídios, a existência por parte da população residente de um sentimento de fechamento e de desconfiança face a esta população e a necessidade de respostas mais assentes na parceria e colaboração entre as diversas instituições de intervenção. Também a implantação da Rede Social e das parcerias para o desenvolvimento social tem vindo a revelar-se uma plataforma de intervenção viável face a problemáticas sociais de pendor mais complexo e diversificado geograficamente. O processo de implementação da Rede Social tem sido lento, mas assume, neste momento, uma dinâmica acrescida, havendo por parte da sua liderança e parceiros uma consciência clara da sua importância. Neste momento, o programa encontra-se numa fase de revivificação por via da atualização de instrumentos, metodologias e diagnósticos, sendo este um patamar determinante para a sua matização enquanto plataforma de entendimento, de ativação e de envolvimento para o desenvolvimento social do concelho.

O modelo social de desenvolvimento do Baixo Tâmega apresenta algumas características importantes, a saber: a importância dos mecanismos da economia subterrânea no papel de combate à pobreza e exclusão – mecanismos compensatórios (em regressão nos últimos anos); o aumento das situações de pobreza, sobretudo de “novos pobres”; a importância do consumo naturalizado e intergeracional de álcool e permeabilidade a modalidades de consumo de substâncias psicoativas em franco crescimento; a relevância de um contexto de vivência ainda rural mas permeável a consumos urbanos e a situações de (sobre)vivência ligadas à economia informal; a presença de alguns contextos de vivência marcada por uma certa desintegração e desenraizamento juvenil e presença de manifestações urbanas muito forçadas; o aumento da precarização das famílias (endividamento) e aumento da dependência face às prestações sociais; o crescendo da sinalização de comportamentos de risco associados ao alcoolismo e à toxicodependência; a presença de uma estruturação familiar de perfil tradicional mas crescentemente confrontada pela transição entre um quadro de filiação tradicional e um quadro de

desafiliação marcado designadamente pelo aumento do número de idosos isolados e das famílias monoparentais; a importância dos mecanismos de proteção social e das concretizações no terreno do Estado Providência e consequente fragilização social por via da dependência e diminuição da importância dos mecanismos da sociedade providência. Aqui se situa Penafiel que tem vindo a operar na atenuação destes traços justamente pelo reforço e/ou reativação da intervenção Rede Social e da sua Plataforma supra concelhia; o incremento/ valorização de outros espaços de parcerias e trabalho em rede existentes; o reforço da inserção das problemáticas da inclusão socioeconómica na agenda das organizações locais; o desenvolvimento de organizações e/ ou serviços especializados de proximidade às famílias; a adoção de metodologias/ práticas de inserção que contemplem a diversidade de problemas face ao mercado de trabalho; a rentabilização dos instrumentos de apoio disponíveis; a disponibilização de instrumentos de orientação estratégica para a intervenção das organizações; e a capacitação institucional (recursos materiais e humanos). Estas linhas de ação derivam e fundam-se no trabalho de terreno desenvolvido e na consideração de todo um conjunto de opiniões e de perceções dos atores locais envolvidos na realização deste Estudo.

Vila Nova de Famalicão tem vindo a destacar-se em termos nacionais pela experiência que o município tem vindo realizar em termos de políticas de intervenção social, designadamente orientada para um modelo de qualificação /certificação dessa intervenção marca decisivamente este domínio da ação municipal. A Rede Social, existente desde o projeto-piloto de 1996, é utilizada não como um fim ou como uma instituição, mas como um instrumento para a análise e diagnóstico de problemas e dinâmicas sociais do concelho, para o planeamento da intervenção, para a organização concertada das instituições e associações envolvidas e para a intervenção mais local. A panorâmica da ação social concelhia permite elencar áreas de excelência da intervenção: saúde escolar, aprendizagem ao longo da vida, Rede Social, qualidade dos serviços sociais e o atendimento e acompanhamento social integrado. Este modelo de intervenção social de referência é aliás também a pedra de toque do concelho de Matosinhos que sendo pioneiro na ativação de uma estratégia de desenvolvimento social que remonta já aos inícios dos anos 1990, tem marcado ponto a nível nacional no tocante à habitação, ao associativismo, à escola e ao atendimento social integrado. Com todas as cautelas exigidas por uma enunciação não exaustiva também poderemos referir Braga. Braga tem sido desafiada crescentemente por uma localização de populações de baixos recursos em habitação social que tem desembocado em desafios de natureza quase metro-

politana a esse nível, mas tem ativado uma política de ação social de integração e desenvolvimento em torno do combate aos efeitos de gueto contidos pelas grandes concentrações habitacionais. Também a crescente presença de população imigrante tem levado a uma intervenção voltada para a vivência intercultural marcante.

5. INTERVENÇÃO, GOVERNANCE E GESTÃO DO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Os elementos do problema constituíam-se na observação dos factos e punham-se por esta ordem: peixe, vermelho, pintor – sendo o vermelho o nexo entre o peixe e o quadro através do pintor. O preto formava a insídia do real e abria um abismo na primitiva fidelidade do pintor. Ao meditar sobre as razões da mudança exatamente quando assentava na sua fidelidade, o pintor supôs que o peixe, efetuando um número de mágica, mostrava que existia apenas uma lei abrangendo tanto o mundo das coisas como o da imaginação. Era a lei da metamorfose. Compreendida esta espécie de fidelidade, o artista pintou um peixe amarelo.

Herberto Helder (2009) - *Teoria das Cores. Os passos em volta.*

Fazendo uma deriva até ao Estado Providência português, podemos referir que assenta num modelo que pode ser apelidado de quase ou semi-Estado Providência porque não se compagina com os quatro elementos centrais de estruturação de um Estado Providência: o pacto entre capital e trabalho e a conciliação do capitalismo com a democracia; a consonância entre acumulação e legitimação; o nível elevado das despesas sociais; e a incorporação dos direitos sociais enquanto direitos de cidadania e não enquanto fruto de benevolência estatal (Mozzicafredo, 1992). Ora, esta configuração teve, tem e terá impactos inelutáveis nos processos de intervenção para a inclusão social. Reconhecemos, desta forma, alguns traços distintivos do Estado Providência português: o carácter dual, fragmentado e corporativo das prestações sociais, o hibridismo e mescla entre o setor público e privado; as lógicas clientelistas e particularistas fruto de um Estado fraco em termos de autonomia face aos interesses partidários; a postura dependente e assistida presente nos padrões culturais da população (Guerra, 2002b).

Neste ponto, e como pedra de toque, ao falarmos de elementos de contexto ao Estado Providência português, não podemos deixar de referir a presença por todo o território nacional, de políticas fiscais sem função redistributiva e a existência de sistemas de proteção com baixos níveis de desempenho geral. Também a alteração de dinâmicas demográficas e familiares é importante e tem contextualmente uma causalidade relevante designadamente no aumento do envelhecimento desprotegido e no aumento da monoparentalidade. É de destacar ainda, enquanto fatores explicativos do contexto, o desajustamento entre a dinâmica de apostas nas qualificações (individuais e institucionais) e o ritmo de mudança pouco acelerado do modelo de desenvolvimento económico presente, assim como o desenho de políticas ativas de emprego com dificuldades em atuar na ativação e capacitação dos públicos mais desfavorecidos. No âmbito dos valores e representações sociais, o facto de se estar perante um modelo social em mudança mas que ainda assenta nas baixas *capabilities* para enfrentar o mercado de trabalho é um elemento de fundamental consideração explicativa (Quaternaire Portugal, 2008). Ora bem: configuração do Estado e estruturas e práticas sociais com baixa capacidade de reivindicação da inclusão e inovação social.

Assim, uma conclusão deste capítulo assenta na difícil resolução do dilema entre as fragilidades do Estado Providência e as crescentes exigências em termos de respostas sociais tendentes a processos de inclusão, inovação e justiça sociais. Um dos principais desafios de *governance* sugere uma nova exigência em termos de política social, fomentando o aparecimento de redes de apoio social integrado ao nível local que possam contribuir para ativar os meios e agentes de resposta, conjugar esforços de diferentes entidades com intervenção social, otimizar as respostas existentes a nível local e inovar a concretização das medidas de política social. É por isso considerada a necessidade de estabelecimento de um fórum de congregação e de articulação de esforços (recursos e ações do âmbito social), baseado na adesão livre das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. Em parte este desafio está conseguido por via da implantação a partir de 1996 no território português do Programa Rede Social.

No entanto, e apesar de reconhecermos as suas imensas potencialidades enquanto plataforma de planeamento estratégico de política social a uma escala local e regional, importa relembrar por um lado, as ainda intensas dificuldades da interiorização dos seus processos, mas também por outro, o seu crescente esvaziamento político e económico. Continuamos a defender que os seus princípios de atuação são os mais ajustados para a resolução do dilema supraenunciado, mas também devemos declarar a sua ainda frágil condição de plataforma de intervenção.

Esta questão remete para a enunciação do que consideramos serem os princípios de intervenção em matéria social e que são exatamente os mesmos que pautam a Rede Social: integração, articulação, subsidiariedade, inovação e participação. O princípio de integração assenta nas seguintes bases: convergência das medidas económicas, sociais e ambientais, entre outras, com vista à promoção das comunidades locais, através de ações planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta; convergência de ajustamentos recíprocos das pessoas, grupos sociais e da própria sociedade; incremento de projetos locais de desenvolvimento, fazendo apelo à participação de todos os intervenientes locais e à congregação dos recursos de todos, para resolução dos problemas sociais. Os seus pressupostos são a competência social e a adaptação social; competência social é a capacidade que a sociedade deve ter de integrar todos os seus membros, investindo em ações que visam as mudanças necessárias, adaptação social é a capacidade que cada um tem de utilizar os mecanismos facilitadores dessa adaptação, com vista à sua autonomia pessoal. O princípio da integração implica a conjugação das políticas sociais, da saúde, emprego, educação, habitação e outras, uma conceção de desenvolvimento do território com visão global e a participação dos cidadãos.

O princípio de articulação refere-se à necessidade de articular numa parceria efetiva e dinâmica a intervenção social dos diferentes parceiros com atividade num determinado território (articulação dos parceiros). Por tudo isto, a atividade dos municípios nesta matéria deve ser um suporte para a ação, criar sinergias entre os recursos existentes e potenciar as competências existentes na comunidade, fornecendo uma logística comum aos diversos parceiros e promovendo projetos sem substituir a ação dos departamentos e/ou entidades parceiras.

A parceria, construída na base de um objetivo comum, pressupõe: definir o objeto da cooperação e equacionar, em conjunto, o contributo de cada parceiro; organizar a parceria de acordo com modelos operacionais e eficazes, através de um esquema participativo mais reduzido ou mais alargado de parceiros, consoante os momentos e o tipo de ações a desenvolver; traduzir concretamente a parceria através de ações que permitam ajustar os diferentes modos de intervenção e proporcionar uma aprendizagem da cooperação; corresponsabilizar os parceiros envolvidos no desenvolvimento e sucesso do conjunto das ações, pressupondo que os vários agentes definam, para além dos interesses respetivos e até das suas divergências, uma estratégia comum.

Através do princípio de subsidiariedade pretende-se ativar uma lógica de resolução dos problemas nas instâncias de âmbito mais reduzido (micro), evitando a

sua transferência para instâncias de âmbito mais amplo, garantindo, assim, o apoio destas às primeiras, quando necessário. Assume-se, deste modo, que é no local que os problemas terão que se resolver, próximo das populações, de uma forma concertada, articulada e preventiva, garantindo uma lógica de planeamento descendente.

As vantagens da subsidiariedade na intervenção local são as seguintes: possibilitar identificar necessidades, recursos e capacidades dos agentes de mudança; conhecer os efeitos reais das políticas sectoriais e globais; visualizar novas oportunidades e iniciativas, pela implicação dos diferentes agentes locais no desenvolvimento de projetos próprios; ensaiar, inovar, enraizar e integrar as ações; criar espaços de autonomia, organizá-los e geri-los; possibilitar a criação de condições de exercício de solidariedade e de intervenção coletiva, estrategicamente participada, planeada e avaliada; adquirir condições efetivas para o ressurgimento de processos de crescimento harmoniosos e controlados, onde as dimensões económicas, culturais, sociais e ambientais se cruzam numa finalidade comum, a melhoria de vida e realização das pessoas, famílias e comunidade em geral.

Incontestavelmente, o espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos é o local, no exercício da democracia participada e de formas de regulação social, em que o Estado, sociedade civil organizada e cidadãos se juntam afim de criarem fatores de mudança propiciadores da inserção dos mais desfavorecidos.

O princípio de participação assenta na perspetiva de que o combate à pobreza e à exclusão social é tanto mais efetivo quanto mais resulte de um processo amplamente participado pelas populações, onde as organizações de base associativa constituam instrumentos de reforço dos elos sociais. Este mesmo princípio parece caracterizar a própria estratégia de planeamento para o desenvolvimento no seu todo, na medida em que se vê surgir um novo contexto mais alargado, sistémico e integrado, que constitui hoje o terreno das políticas públicas - desenvolvimento local, luta contra a segregação e exclusão, promoção identitária, garante de patrimónios identitários, etc.. As autoridades locais ampliam o seu campo de ação e alimentam novas iniciativas no domínio do urbanismo, da organização urbana, das políticas sociais, da cultura, da ação económica, etc.. Este desenvolvimento das responsabilidades locais é resultado quer de transferências institucionais de competências, quer da difusão de novas práticas acionadas pelos novos problemas, procedimentos por vezes experimentais de início, mas progressivamente estabilizados.

Estas experiências têm em comum alguns procedimentos de parceria e de negociação que caracterizam o início do processo: discussão inicial do desenho do

projeto, acordo sobre o programa de ação e um calendário de realizações, cofinanciamento pelos destinatários, etc. As políticas contratuais colocam em contacto o Estado, as coletividades locais e a sociedade civil sem relações tutelares (embora não necessariamente igualitárias) previstas, ou não, pela lei. Entram na cena uma pluralidade de atores, de configuração e legitimidade social diversa - públicos e privados; centrais, regionais, locais; económicos, sociais, culturais, etc. - e as negociações adquirem nova visibilidade e legitimidade.

Por fim, o princípio de inovação impõe-se, uma vez que, ao surgirem novas problemáticas e mutações sociais a um ritmo acelerado, é urgente uma mudança de mentalidades e de atitudes e a aquisição de novos saberes. É imprescindível inovar nos processos de trabalho, descentralizar os serviços, desburocratizar, visando uma informação ativa através de um sistema de comunicação fácil e acessível entre os serviços e os cidadãos, possibilitando a partilha de informação.

Os desafios atuais no campo inclusão social são influenciados quer pelas grandes alterações em curso nos sistemas de bem estar, quer pelo perfil de extensão e de severidade que ganharam em tempos recentes os problemas sociais, designadamente no campo das fragmentações e fraturas sociais. Uma primeira questão central de *governance* e de gestão a este nível, como referimos, indica a urgência da territorialização da política social enquanto forma mais adequada de resposta à diversidade e complexidade dos problemas sociais, sua extensão e severidade. A territorialização tem vindo a acentuar dinâmicas distintas (mas que se apresentam como contributos complementares) seja pela via da descentralização e/ou desconcentração, seja pelo trabalho em parcerias locais e por via de iniciativas de desenvolvimento local. E este é um processo que apesar de ter velocidades diferentes, vai acontecendo por via das autarquias e do seu entendimento do Programa Rede Social.

Uma segunda questão remete necessariamente para a importância de provisões sociais que garantam a realização dos direitos sociais civilizacionais alcançados e com particular realce para a contribuição dos serviços públicos, estando claramente aqui em causa entre outras medidas, o Rendimento Social de Inserção. Seria importante a este nível, percebermos o claro alcance do ainda opaco Plano de Emergência Social. A garantia de provisões sociais adequadas e justas tem levado a reconhecer as modalidades de esperado impacto na vida dos cidadãos designadamente através dos equipamentos sociais e da elevação das taxas de cobertura dos equipamentos sócias, designadamente ao nível da infância e da terceira idade.

Correlativamente, importa afirmar a relevância de iniciativas de carácter experimental e apostadas na procura e consolidação de inovação ao nível da inclusão social e que remetem para procedimentos de inovação social envolvendo a diversidade de atores em presença. O desenvolvimento de um processo de inovação social assenta em três pilares estruturantes: a procura efetiva, a oferta efetiva e as estratégias efetivas. A procura efetiva é o reconhecimento da necessidade social abordada por promotores diretos – consumidores de produtos, serviços, ou voluntários, e, promotores indiretos – patrocinadores, fundações. A oferta efetiva é a nova ideia gerada para responder a essa necessidade ou necessidades, e as formas de a operacionalizar e expandir que lhe são associadas. As estratégias efetivas correspondem aos financiamentos, aos agentes envolvidos e às metodologias de aplicação que favorecem a absorção da inovação social pelos mercados. Este é habitualmente o pilar menos estável, dado o número limitado de organizações e redes, assim como de profissionais de gestão na área, que permita estabelecer comunidades de prática, o que provoca a escassez de métodos e técnicas apropriados. Cabe aqui fazer referência ao papel do *system entrepreneur* que define os agentes com a capacidade de trabalhar os contextos institucionais de forma a obter maior aceitação e alargar os impactos de uma iniciativa.

Na sua aplicação à inclusão social, convém referir os elementos cruciais de estruturação de uma iniciativa: um modelo de negócio que acompanhe a missão da organização e que a torne sustentável; um modelo de *governance* que forneça um mapa claro do controle das operações permitindo a comunicação de resultados; um conjunto de fontes de financiamento; um esquema de rede de cooperação (parceiros) e comunicação (o capital relacional da iniciativa); um modelo de *staff* (pessoal) que inclua o papel dos voluntários; e um plano de desenvolvimento de sistemas de investigação, sistemas tecnológicos e de gestão da informação, de sistemas financeiros e de prestação de contas, de sistemas de distribuição (logística, controlo de qualidade, transparência) e de gestão do risco (Mulgan, 2007). Por todas as especificidades e protocolo, será importante investir num largo processo de aprendizagem face à inovação social, pois sabemos que o seu *modus operandi* em muito se distancia desta perspetiva.

Outro ponto de ancoragem para a *governance* e gestão da inclusão social prende-se com o que consideramos as condições estruturais de ação para a inclusão: a necessidade de um conhecimento aprofundado sobre os problemas e a sua natureza, de molde a alcançar uma compreensão simultaneamente específica e de relação com o contexto nacional e global:

- A necessidade de trabalhar a sensibilidade pública e política para a urgência e vantagens de intervenções no campo dos problemas sociais; a necessidade de desenvolver ações seja de pendor reparador, seja de orientação incidentemente preventiva;
- A necessidade de antecipação estratégica de riscos sociais e animação pró-ativa da adaptação necessária nos dispositivos de captação da realidade;
- A necessidade de ações urgentes, o que não pode nem adiar a definição de iniciativas a mais médio e longo prazo, nem adiar a qualidade das provisões;
- A necessidade de facilitar e promover a inovação nas formas de resposta, designadamente contribuindo para o aperfeiçoamento das respostas públicas correntes, quer a nível local, quer à escala regional ou nacional;
- A necessidade de articulação e cooperação, designadamente através da corresponsabilização e parcerias; a necessidade de adequar a natureza dos recursos à natureza dos problemas e potencialidades;
- A necessidade de preparar recomendações de políticas convergentes com os desígnios de superar os problemas sociais.

Finalmente, temos de sublinhar que todos os referenciais de inclusão social são claros nas dimensões de intervenção, isto é, dado o carácter holístico de uma sociedade inclusiva, será necessário acionar simultaneamente dimensões de intervenção coletiva e dimensões de intervenção ao nível da agência, do sujeito. Assim, e situando-nos no plano da intervenção coletiva, importa não descurar o apoio e reforço do papel do mercado de trabalho enquanto plataforma de recursos e reestruturação da identidade pessoal e social. Ora, situa-se aqui o fomento à criação de emprego, o incremento da inovação social e económica e a procura de equidade no emprego e no nível de vida (Guerra, 2010). Ainda na esfera coletiva, importa reforçar o papel das instâncias de socialização nomeadamente, a família, a vizinhança e outros grupos primários através do reforço dos papéis de mediação e intermediação da família, da escola e do associativismo (Castro, 2010). A adequação, inovação e integração das políticas públicas sobretudo através da cooperação e coprodução de soluções com a sociedade civil deve ser outra das dimensões de atuação fundamental da ação coletiva. A intervenção coletiva terá ainda muito a ganhar ao promover a elaboração de projetos de âmbito e ambição local adequados ao desenvolvimento de base local.

Concomitantemente, as dimensões mais importantes de intervenção ao nível dos sujeitos concentram-se na garantia da segurança na sobrevivência quotidiana, na procura de um sentimento de pertença a uma comunidade, na potenciação de resiliência, confiança em si e capacidade de ação e na demanda da confiança nos outros e nas instituições, indo de uma esfera de direitos sociais mínimos (habitação, saúde, justiça), passando pelo sentimento de equidade nas oportunidades, a consolidação do capital social, a aquisição e treino de competências e capacidade de ação, até ao desenvolvimento do sentimento de pertença a redes (Castro, 2010; Pinto, 2010; Guerra, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, J. Ferreira de (1993), "Integração social e exclusão social: algumas questões", *Análise Social*. Vol. XXVIII. Nº 123-4.

Andersen, H. e Kempen, R. van (2001), "Social Fragmentation, Social Exclusion and Urban Governance: an introduction", em Andersen, H. e Kempen, R. Van (eds.), *Governing European Cities: social fragmentation, social exclusion and urban governance*, Aldershot: Ashgate.

Atkinson, A., Cantillon, B., Marlier, E. e Nolan, B. (2005), *Taking Forward the EU Social Inclusion Process. Report - Final version*, Luxembourg: An Independent Report Commissioned by the Luxembourg Presidency of the Council of the European Union.

Bailey, Richard (2007), "Evaluating the relationship between physical education, sport and social inclusion", *Educational Review* Vol. 57:1, pp. 71-90 (Acedido em: <http://dx.doi.org/10.1080/0013191042000274196>).

Beck, Wolfgang, Maesen, Laurent Van der, Walker, Alan (2001), "Theorizing social quality: the concept's validity", in *Social Quality. A vision for Europe*, Haia: Kluwer Law International.

Beck, Wolfgang, Maesen, Laurent van der, Walker, Alan (eds.) (1997), *The social quality of Europe*, The Hague: Kluwer Law International.

Béland, D. (2007), "The social exclusion discourse: Ideas and policy change", *Policy and Politics* Vol. 35(1), pp. 123-139.

- Bianchini, Franco (2006), *Reflections on urban cultural policies, the development of citizenship and the setting of minimum local cultural standards and entitlements. For the Active citizens, local cultures, European politics project; ECF, ECUMEST*, Londres: Interarts and South East Europe TV Exchanges.
- Bolt, Gideon, Burgers, Jack, Kempen, Ronald van (1998), "On the social significance of spatial location; spatial segregation and social inclusion", *Journal of Housing and the Built Environment*, Vol. 13. Nº 1, pp. 83-95.
- Bradshaw, J. (2003), "How has the notion of social exclusion developed in the European discourse?", *Plenary address to the 2003 Australian Social Policy Conference*, Social Policy Research Centre, Wales: University of New South Wales.
- Brawley, L. (2009), "The practice of spatial justice in crisis", *Justice Spatial, Spatial Justice*, Vol. 1, pp. 8-27.
- Bret, B. (2009), "Rawlsian universalism confronted with the diversity of reality", *Justice Spatial, Social Justice*, Vol. 1, pp. 39-48.
- Capucha, Luís (2010), "Inovação e justiça social. Políticas ativas para a inclusão educativa", *Sociologia – Problemas e Práticas*, Vol. 63, pp. 25-50.
- Castel, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question social*, Paris: Éditions Fayard.
- Castro, Alexandra e Guerra, Isabel (coords.) (2010), *Os Caminhos da Pobreza: perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.
- Clavel, Gilbert (1998), *La Société d'Exclusion - comprendre pour en sortir*, Paris: Éditions L'Harmattan.
- Comunidade Europeia (2005), *Relatório Conjunto sobre a Inclusão Social (2003-2005)*, [COM (2003) 773], Bruxelas.
- Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Donnelly, Peter e Coakley, Jay (2002), *The role of recreation in promoting social inclusion*, Toronto/Ontario: The Laidlaw Foundation.
- Dubet, François e Lapeyronnie, Didier (1992), *Les Quartiers d'Exil*, Paris: Édition Le Seuil.
- Duprez, Dominique e Hedli, Mahieddine (1992), *Le Mal des Banlieues? Sentiment d'insecurité et crise identitaire*, Paris: Éditions L'Harmattan.

Durieux, Dorothée (2003), *ICT and social inclusion in the everyday life of less abled people. Key Deliverable European Media and Technology in Everyday Life Network, 2000-2003*. LENTIC - University of Liege (Belgium)/ ASCoR – University of Amsterdam (The Netherlands).

Friedman, J. (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras: Celta Editora.

Furlong, Andy, Cartmel, Fred, Biggart, Andy; Sweeting, Helen e West, Patrick (2003), *Youth transitions: patterns of vulnerability and processes of social inclusion*, Edinburgh: Scottish Executive Social Research.

Geddes, M. (2000), "Tackling Social Exclusion in the European Union? The limits to the new orthodoxy of local partnership", *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 2, Issue 4, pp. 782–800.

Gertler, S. Meric (2001), "Tacit knowledge and the economic geography of context or the undefinable tacitness of being (there)", *Nelson and Winter Druid Summer Conference*. 12-15 June 2001. Toronto: University of Toronto.

Guerra, Isabel, Pinto, Teresa Costa, Martins, Marta, Almeida, Sara e Gonçalves, Alda (2010), *À Tona de água: retratos de um Portugal em Mudança*, Lisboa: Tinta da China /Fundação Calouste Gulbenkian.

Guerra, Paula (2002a), "O Bairro do Cerco do Porto: cenário de pertenças, de afetividades e de simbologias", *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 12, pp. 65-144.

Guerra, Paula (2002b), *A cidade na encruzilhada do urbano*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Documento Policopiado.

Hayes, Alan, Gray, Matthew e Edwards, Ben (2008), *Social inclusion: Origins, concepts and key themes*, Sidney: Australian Institute of Family Studies.

Hélder, Herberto (2009), *Teoria das Cores. Os passos em volta*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Hills, J., Le Grand, J. e Piachaud, D. (eds.) (2002), *Understanding social exclusion*, Oxford: Oxford University Press.

JudtT, Tony (2011), *Um tratado sobre os nossos atuais descontentamentos*, Lisboa: Edições 70.

- Kinder, Kay e Harland, John (2004), "The arts and social inclusion: what's the evidence?", *Journal Customer Services*, Vol. 19, N° 2, pp. 52-56.
- Lamarque, Gilles (1995), *L'exclusion*, Paris: PUF.
- Lister, Ruth (1998), "From equality to social inclusion: New Labour and the welfare state", *Critical Social Policy*, Vol. 18, N° 55, pp. 215-225.
- Marcuse, P. (2009), "Spatial Justice: derivative but causal of social injustice", *Justice Spatial, Social Justice*, Vol. 1, pp. 49-57.
- McWilliams, Chris (2004), "Including the Community in Local Regeneration? The Case of Greater Pollok Social Inclusion Partnership", *Local Economy*, Vol. 19, N° 3, pp. 264-275.
- Mozzicafreddo, J. (1992), "O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias", *Sociologia. Problemas e Práticas*, Vol. 12, pp. 57-89.
- Mulgan, G.T. (2007), *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*, Oxford: Oxford University.
- Nilsson, W.O. (2003), *Social Innovation, an exploration of the literature*, Londres: McGill University.
- Omidvar, Ratna e Richmond, Ted (2003), *Immigrant settlement and social inclusion in Canada*, Toronto/Ontario: The Laidlaw Foundation.
- Papillon, Martin (2002), "Immigration, diversity and social inclusion in Canada's cities", *Discussion Paper F/27*, Ontario: Canadian Policy Research Networks Inc.
- Paugam, Serge (1991), *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris: PUF.
- Paugam, Serge (dir.) (1996), *L'Exclusion: l'état des savoirs*, Paris: Editions La Découverte.
- Pereirinha, José (1993), *European Community Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion – Rapport*, Lisboa: CISEP-ISEG.
- Pinto, Teresa Costa; Guerra, Isabel; Martins, Marta; Almeida, Sara; Gonçalves, Alda (2010), *À Tona de água: necessidades em Portugal tradição e tendências emergentes*, Lisboa: Tinta da China /Fundação Calouste Gulbenkian
- Quatenaire Portugal (2008), *Nas margens do Tâmega: mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenção*, Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

Quatenaire Portugal (2008), *Nas margens do Tâmega: mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenção*, Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

Reeves, Michelle (2002), *Measuring the economic and social impact of the arts: a review*, Londres: Arts Council England.

Sandell, Richard (1998), "Museums as agents of social inclusion", *Museum Management and Curatorship*, Vol. 17, Nº 4, pp. 401–418.

Sandell, Richard (2003), "Social inclusion, the museum and the dynamics of sectoral change", *Museum and Society*, Vol. 1(1), pp. 45-62.

Scott, Allen J. (2000), *The Cultural Economy of Cities*. Londres: SAGE Publications.

Seyfang, Gill (2004), "Working Outside the Box: Community. Currencies Time Banks and Social Inclusion", *Journal of Social Policy*, Vol. 33. 1, pp. 49–71.

Sharpe, Joanne, Pollock, Venda e Paddison, Ronan (2005), "Just art for a just city: public art and social inclusion in urban regeneration", *Urban Studies*, Vol. 42. Nº 5/6, pp. 1001–1023.

Soja, E. (2009), "The City and Spatial Justice", *Justice Spatial, Social Justice*, Vol. 1, pp. 31-39.

Storper, Michael, Scott, Allen J. (2009), "Rethinking human capital, creativity and urban growth", *Journal of Economic Geography*. Vol. 9 (2), pp. 147-167.

Sugranyes, Ana e Mathivet, Charlotte (eds.) (2010), *Cidades para tod@s. Propostas e experiências pelo direito à cidade*, Santiago do Chile: Habitat International Coalition.

Westley, F. (2008), *The Social Innovation Dynamic*, Waterloo: University of Waterloo.

Winden, Willem Van (2001), "The End of Social Exclusion? On information technology policy as a key to social inclusion in large European Cities", *Regional Studies*, Vol. 35. Issue 9, pp. 861 – 877 (Acedido em: <http://rsa.informaworld.com/srsa>)

Xiberras, Martine (1996), *As Teorias da Exclusão - para a construção do imaginário do desvio*, Lisboa: Instituto Piaget.